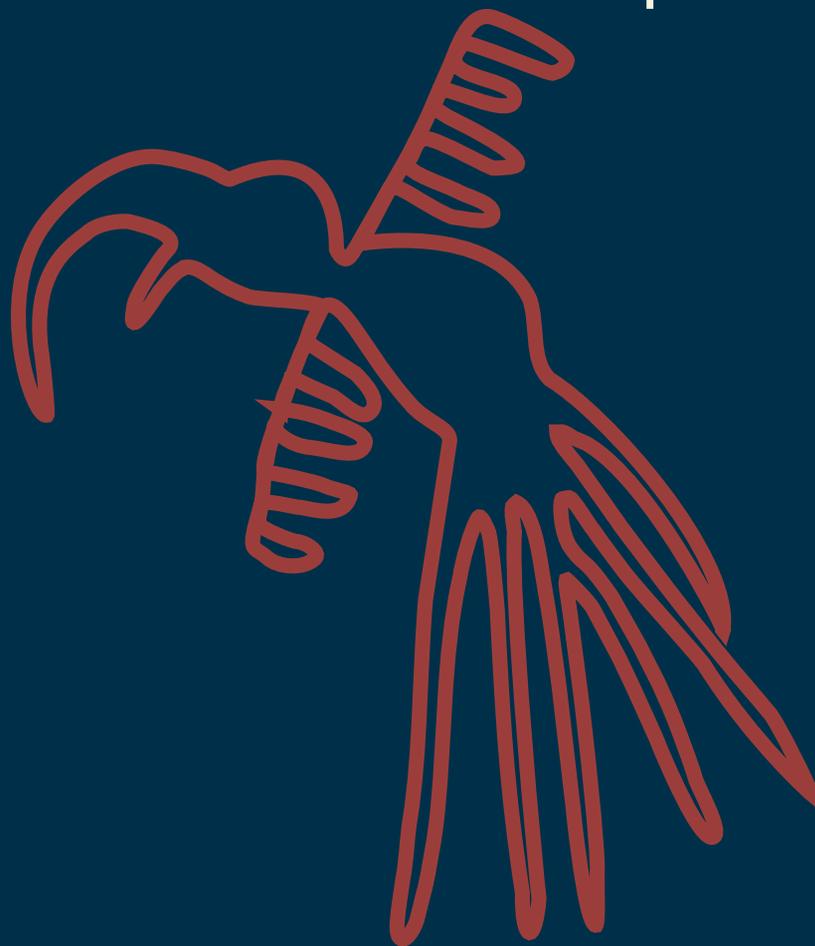
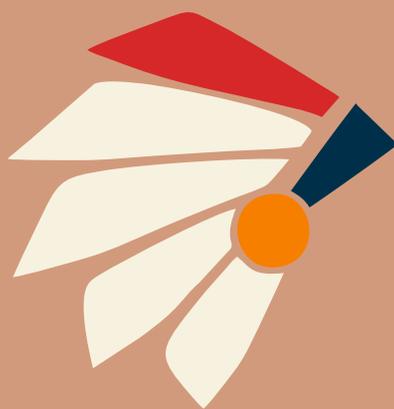


Protocolo de Consulta do Povo Indígena **TAPUIA PAIACU**

Apodi-RN





Protocolo de Consulta Livre,
Prévia e Informada do
Povo Indígena

TAPUIA PAIACU

1ª edição - 2024
Apodi - RN



APRESENTAÇÃO

*“Somos filhos da terra. Da natureza. Do sertão.
Estamos no campo e também nas cidades.
Somos um povo milenar. Somos Payakus.*

*Encantadores desse tempo que é como um gavião, com muitos voos, sob as águas e os ventos.
Carregamos a força dos nossos ancestrais e a sabedoria dos que caminharam antes de nós,
como nossa guerreira Luiza Cantofa.*

Somos resistência, continuidade e transformação.

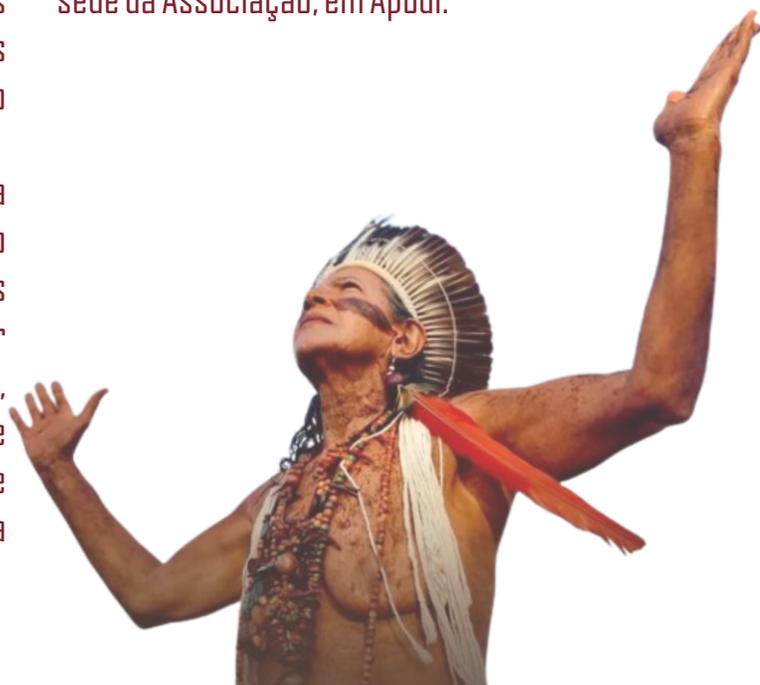
*A luta do movimento indígena não se trata de partido, cargo ou função,
mas é um compromisso ético, moral e político.”*

Este documento foi elaborado pelo Povo Indígena Tapuia Paiacu, residente em Apodi, Rio Grande do Norte, durante oficinas realizadas ao longo do ano de 2024 no Centro Histórico Cultural Tapuias Paiacus da Lagoa do Apodi e na sede da Associação Indígena do Povo Tapuia Paiacu. O trabalho contou com assessoria técnica do Laboratório de Etnoecologia e Biodiversidade da Universidade Federal Rural do Semiárido (LEB - UFRSA), que registrou todas as contribuições das/dos participantes das oficinas e apoiou na redação e diagramação do documento.

O Protocolo do Povo Indígena Tapuia Paiacu é um instrumento de autodeterminação que define como desejamos ser consultados sobre quaisquer ações empreendidas por terceiros, incluindo o Estado, empreendimentos, pesquisadores e visitantes externos. Este protocolo assegura que qualquer decisão sobre projetos que nos afetem tenha a nossa devida

legitimidade. Ele detalha o processo de consulta, incluindo a forma e o momento apropriados para realizá-la, e especifica quem deve conduzir a consulta, em conformidade com nossa organização tradicional.

O Protocolo apresentado foi cuidadosamente revisado e aprovado pelas lideranças e representantes do Povo Tapuia Paiacu em Assembleia realizada no dia 06/12/2024, na sede da Associação, em Apodi.





O QUE É O PROTOCOLO DE CONSULTA LIVRE, PRÉVIA E INFORMADA

O Protocolo Comunitário de Consulta Livre, Prévia e Informada é um instrumento criado por povos indígenas e comunidades tradicionais para garantir que seus direitos sejam respeitados quando decisões que impactam seus territórios e modos de vida estão em questão. Ele define um processo pelo qual essas comunidades devem ser consultadas antes de qualquer atividade em seus territórios, garantindo que o consentimento seja dado de forma livre, informada e voluntária.

A implementação do protocolo é respaldada por legislações internacionais, como a Convenção nº 169 da OIT e a Declaração da ONU sobre os Direitos dos Povos Indígenas, bem como por normas nacionais, como a Constituição Brasileira de 1988 e o Estatuto do Índio. Seu objetivo principal é assegurar a

autodeterminação, permitindo que as comunidades participem ativamente das decisões que as afetam, preservando suas culturas e tradições.

O processo de consulta deve ser claro e acessível, com todas as informações fornecidas de maneira compreensível. O Consentimento Livre, Prévio e Informado (CLPI) é a base desse protocolo, que assegura que as comunidades possam aprovar ou recusar projetos após entenderem seus impactos.

Para funcionar corretamente, o protocolo deve ser desenvolvido em conjunto com a comunidade, com capacitação adequada de todos os envolvidos e mecanismos de monitoramento para garantir sua eficácia e atualização constante.



SUMÁRIO

5 Quem somos

7 Linha do Tempo

10 Como tomamos
nossas decisões

11 Ameaças ao
nosso povo

12 Sobre o que devemos
ser consultados

13 Quem deve
ser consultado

14 Como devemos
ser consultados

16 O que nosso povo
espera desse protocolo

"Oh! mãe Lagoa Itaú, o mal que te fizeram. Tive uma infância feliz, mãe Lagoa. Você me banhou até minha adolescência. Você era tão cheia de vida, de alegria. Hoje, vendo as tuas margens, você ainda continua sorrindo para mim, mas é um sorriso pálido, agonizante. Pedindo cuidados, pedindo socorro. Ó, mãe Lagoa do Apodi, quem lamenta é sua filha que te ama."

Lucia Paiacu Tabajara



QUEM SOMOS?

Nós somos os Tapuias Paiacus, um povo marcado pela resistência e pela luta em defesa de nossas terras e cultura, desde a chegada dos colonizadores no final do século 15. Temos presença nas 4 regiões de Apodi, sendo: Vale, Areia, Chapada e na Pedra. Estamos também na cidade e ao longo dos séculos enfrentamos inúmeros desafios, como conflitos com os invasores e a perda de nosso território.

Liderados por grandes figuras como Chefe Itaú e Luiza Cantofa, travamos batalhas para preservar nossa cultura e modo de vida. Embora nossa história tenha sido silenciada por muito tempo, estamos recuperando nossa identidade e buscando o reconhecimento de nossos direitos.

Em 2013, criamos o nosso Centro Histórico na casa de Lucia Paiacu Tabajara, fortalecendo nossa memória. Já em 2023 e na beira da Lagoa do Apodi, reinauguramos o Centro Histórico, agora chamado de Centro Histórico-Cultural Tapuias Paiacus da Lagoa do Apodi. A reinauguração ocorreu através de ocupação de um prédio abandonado, uma antiga estação de bomba de água, pertencente ao Governo do Estado do RN. Esse prédio nunca chegou a funcionar de fato e estava ocioso por 30 anos até que o Governo do Estado cedeu o prédio aos Tapuia Paiacu e a antiga Casa das Máquinas passou por reformas, através dos esforços da nossa cacica Lucia, mas também

com a colaboração do nosso parente Sidney Ferreira, residente nos Estados Unidos. No mesmo local nós criamos o Museu do Índio Luiza Cantofa, reafirmando nosso compromisso com nossa herança.

No segundo semestre de 2018, nós retomamos um local de memória importante para nosso povo, a Aldeia Tapuia Paiacu, localizada na Chapada do Apodi, entre o distrito de Soledade e a base da EMPARN. Esse foi o marco inicial do processo de demarcação do nosso território, que ainda precisa ser realizado e é uma das nossas principais demandas.

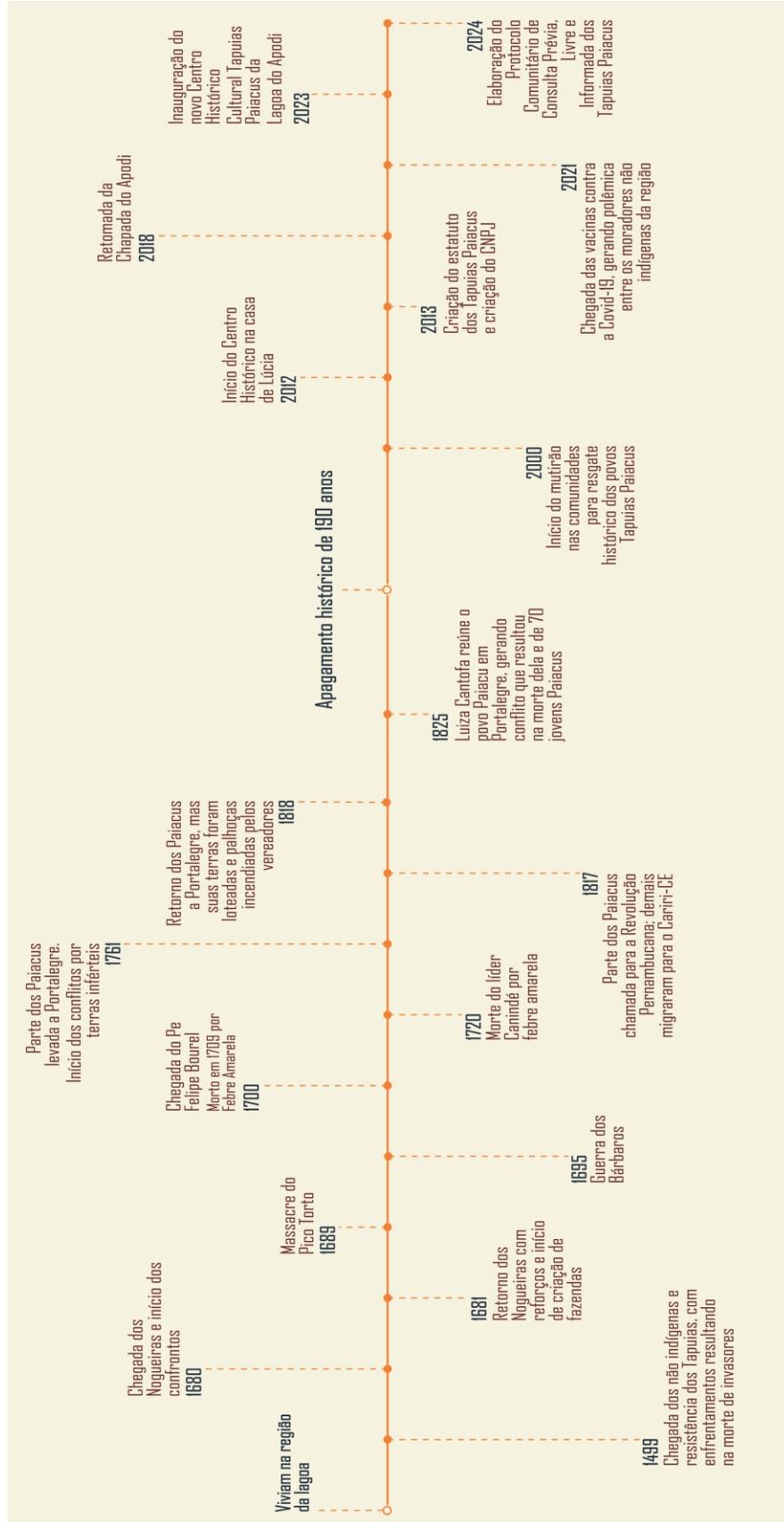
Hoje, somos 180 pessoas organizadas em quatro comunidades, determinadas a preservar nossa história e a proteger nosso território. No entanto, ainda enfrentamos grandes desafios, como o preconceito em relação à nossa identidade indígena, a falta de acesso à saúde, água potável e moradia adequada, a luta pela demarcação de nossas terras e a dificuldade de acesso a programas essenciais, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).

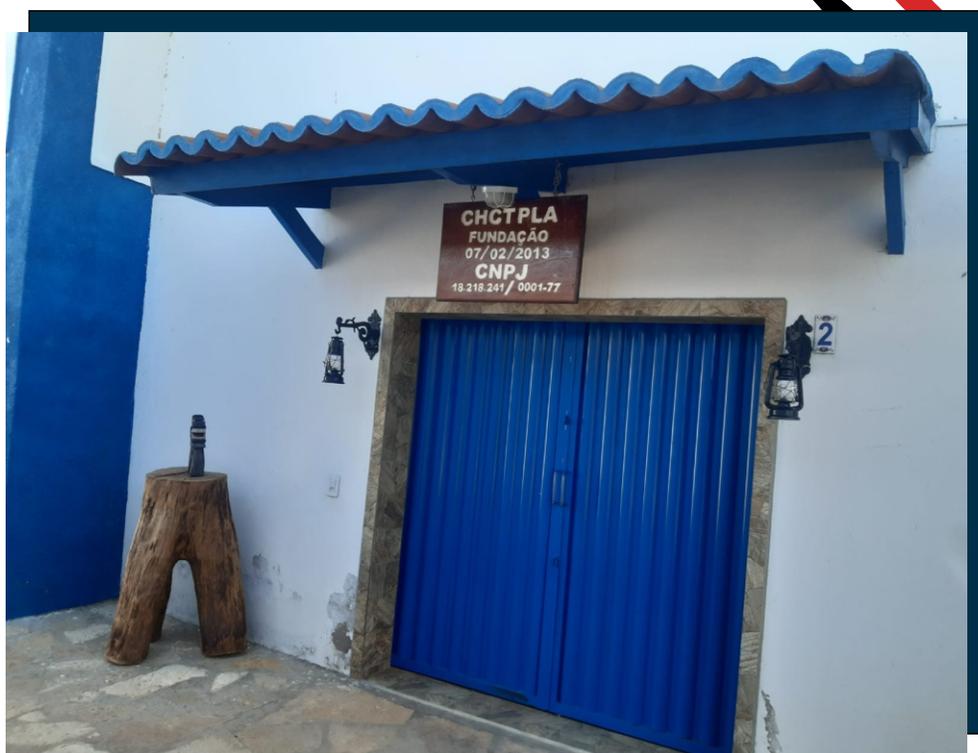
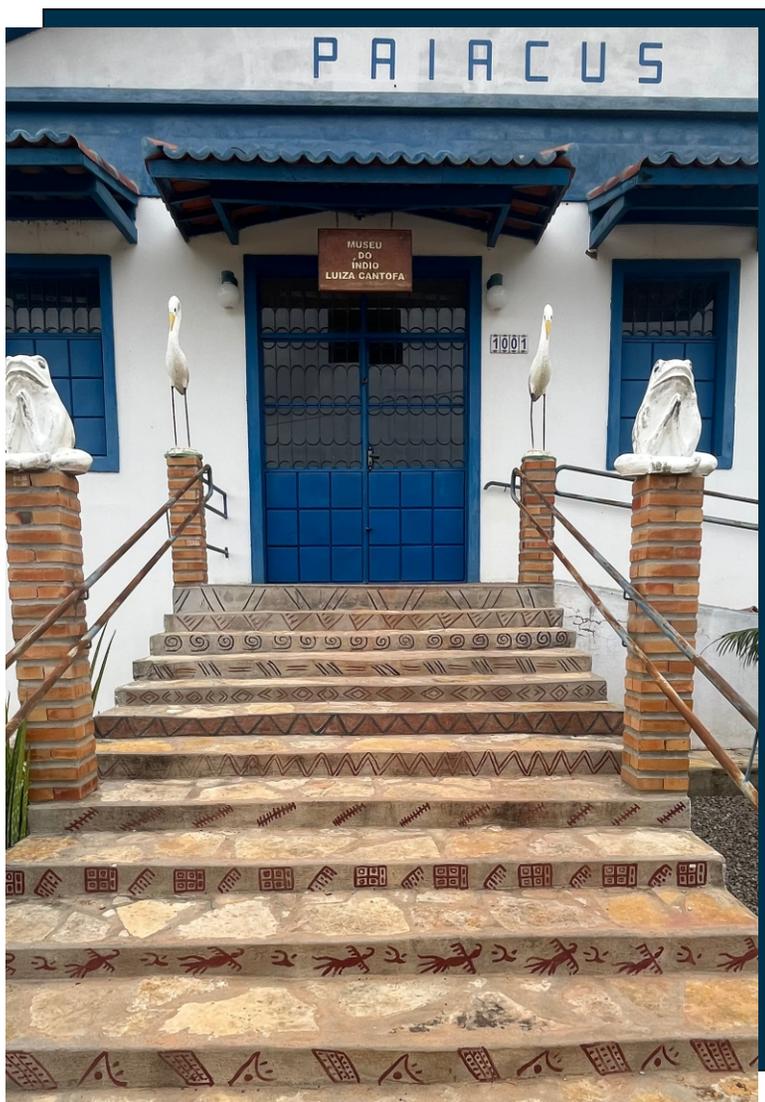






LINHA DO TEMPO





Tapúia minha tapúia
Tapúia de canindé
Cadê minha machadinha
Minha flecha
E meu coité

Corta o pau e tira mé
Caboclo canindé





COMO TOMAMOS NOSSAS DECISÕES

Nossas decisões são tomadas em reuniões comunitárias que envolvem todas as quatro comunidades. Nessas reuniões, participam idosos, adultos, jovens, adolescentes e crianças, pois acreditamos na importância de incluir a todos nas discussões e reflexões coletivas.

Realizamos encontros nas comunidades com os moradores daquela localidade e reuniões gerais no Centro Histórico-Cultural Tapuias Paiacus da Lagoa do Apodi, conforme a necessidade de repassar informações de eventos, e encontros com órgãos que auxiliam na defesa de nosso território e de nossos direitos.

Quando uma decisão importante precisa ser tomada, nosso representante convoca a comunidade, garantindo que o maior número possível de pessoas seja ouvido.





AMEAÇAS AO NOSSO POVO

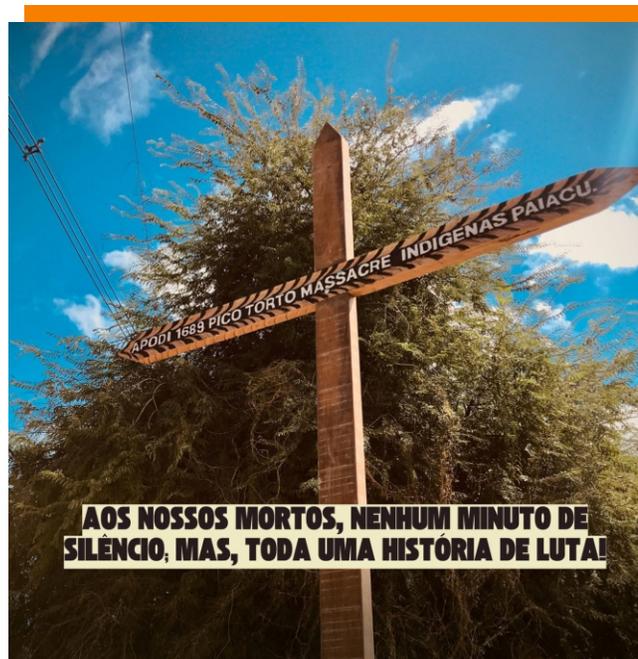
Atualmente existem várias ameaças ao nosso povo e ao nosso território, os quais comprometem nossa identidade e a sobrevivência cultural. Ameaças constantes à nossa liderança, assim como o preconceito em relação à nossa auto-afirmação são ameaças significativas, dificultando o reconhecimento pleno de nossa identidade e colocando em risco a defesa de nossos direitos como povo indígena.

Além disso, o avanço do agronegócio e a demora na demarcação de nossas terras representam uma ameaça crítica, pois impedem a proteção do nosso território e a preservação das tradições e da cultura que nos definem. A falta de políticas públicas inclusivas voltadas para a educação indígena também é uma ameaça à valorização da nossa cultura, tornando difícil o respeito e a promoção de nossa identidade dentro do sistema educacional.

O avanço da implantação dos empreendimentos de energias renováveis e seus conhecidos impactos socioambientais também representa uma grande ameaça para nosso povo. Tememos não só a dispersão do nosso povo que vive em comunidades próximas às cidades, mas também a preservação da nossa cultura e ancestralidade. Além disso, a exploração de cada vez mais áreas para obtenção de energia eólica e solar pode atrasar ou inviabilizar a demarcação da nossa terra indígena.

Outra ameaça importante à demarcação do nosso território é o Marco Temporal, que propõe que os povos indígenas têm direito de ocupar apenas as terras que ocupavam ou já disputavam em 5 de outubro de 1988, data da constituição brasileira. Ele não leva em consideração o histórico de violência e expulsão do território sofrido pelo povo Tapuia Paiacu e tantos outros povos indígenas brasileiros.

Garantir que nosso povo seja ouvido diante de ameaças de futuros projetos que impactam direta ou indiretamente nosso povo é o principal objetivo desse protocolo. Esse documento não é só para nós que estamos aqui, mas para as futuras gerações e que eles saibam que terão suas vozes ouvidas e suas decisões preservadas.





SOBRE O QUE DEVEMOS SER CONSULTADOS

Criamos este protocolo de consulta e consentimento prévio porque queremos ser consultados sempre que existirem empreendimentos, obras de infraestrutura (como hidrelétricas, rodovias, parques eólicos, parques solares, estradas, entre outros), políticas públicas, projetos de leis, pesquisas científicas que afetem nossos direitos ou impactem nosso território, seja de forma direta ou indireta.

Além disso, desejamos ser consultados sobre atividades extrativistas, turismo e todos os projetos que possam causar impactos ambientais, tanto para as gerações atuais

quanto para as futuras, bem como sobre nossa cultura, incluindo elementos culturais imateriais e sítios arqueológicos.

A consulta deve ser realizada antes da tomada de qualquer decisão ou projeto que possa afetar a comunidade, ainda na fase de licenciamento ambiental pelos órgãos municipais, estaduais e federais. Também deve ser planejada com antecedência e agendada com nossa liderança, garantindo a participação de todo o nosso povo. Além disso, deve seguir prazos e um calendário conforme estabelecido em nosso estatuto.





QUEM DEVE SER CONSULTADO

Quando for necessária a realização de consulta prévia e consentimento, desejamos que esse processo seja feito coletivamente, envolvendo não só nossas lideranças, mas todos os membros da comunidade: crianças, jovens, adolescentes, adultos e idosos. É fundamental que haja participação das quatro comunidades onde nosso povo está localizado.

A consulta deve ser realizada com informações claras, que permitam a todos entenderem o que está sendo debatido. Quando necessário, permitiremos a presença de instituições que são de nossa confiança e que podem entender e nos explicar melhor a proposta. Não aceitaremos consultas feitas em nosso nome por pessoas que afirmam nos representar, independentemente de residirem aqui ou não, mas que não participam da elaboração conjunta das decisões do nosso povo. Essas pessoas, muitas vezes impulsionadas por interesses próprios, não têm legitimidade para falar em nosso nome.





COMO DEVEMOS SER CONSULTADOS

A consulta deve ser realizada por meio de reuniões em nosso Centro Histórico-Cultural Tapuias Paiacus, conforme orientações abaixo:

- A consulta deve ser anterior a qualquer autorização do órgão público para instalação de empreendimentos ou projetos de lei que envolvam nosso território, incluindo antes de audiências públicas;
- Antes do momento da consulta, os representantes de órgãos públicos, empresas ou instituições que tiverem interesse no empreendimento devem informar previamente e oficialmente o planejamento dos projetos, em linguagem acessível para nossas lideranças;
- Em seguida, as lideranças devem convocar toda a comunidade para uma reunião/assembleia para apresentar o projeto a toda a comunidade;
- Não aceitamos consultas individuais, elas devem ser coletivas, através de reunião, assembleias e oficinas;
- A consulta deve durar o tempo que for necessário para que possamos compreender a proposta e decidir com segurança;
- A reunião deve ser coordenada pelas nossas lideranças e realizada quantas vezes forem necessárias para a compreensão de todos os detalhes do projeto;
- Nessa etapa, podemos chamar nossos parceiros e pessoas de confiança para nos ajudar a entender o projeto;
- Depois da reunião informativa, precisaremos de tempo para discutir entre nós sobre a proposta. Uma nova reunião interna do nosso povo será convocada para avaliar e decidir coletivamente se existe interesse e concordância sobre o empreendimento proposto;
- Nessa reunião, a decisão será tomada pela maioria simples, onde cada pessoa tem direito a um voto, e a escolha será entre as opções a favor ou contra. A decisão final será definida pela maioria dos votos;
- Apenas pessoas presentes na reunião podem votar, não sendo possível o envio de opinião/voto por outras pessoas;
- Quando o nosso povo chegar a uma conclusão, no seu próprio tempo e sem pressão, iremos convocar o responsável pelo empreendimento e os órgãos públicos responsáveis pelo licenciamento para transmitir a decisão. Essa reunião deve ser feita em nosso Centro Histórico-Cultural;
- Caso haja audiência pública, ela deve ser marcada na cidade em que estão localizadas nossas comunidades. Para essa ocasião, o nosso povo escolherá pessoas que deverão transmitir nossa decisão a todos os órgãos públicos e empreendimentos que tenham interesse no assunto;
- O processo de consulta deve respeitar nossas decisões.





O QUE NOSSO POVO ESPERA DESSE PROTOCOLO

Esperamos que este Protocolo de Consulta e Consentimento seja respeitado por todos os órgãos, instituições, empresas e pessoas, pois ele está amparado na Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho que foi ratificada pelo Decreto Legislativo 143 de 2002 e entrou em vigor em 2003, tornando-se parte da Constituição Federal de 1988.

Esperamos que a consulta seja anterior a qualquer autorização do órgão público para instalação de empreendimentos ou projetos de leis que envolvam nosso território, inclusive antes de audiências públicas e que seja feita de boa-fé, com informação e clareza, sem enganações e mentiras, pois estes são nossos direitos e eles devem ser respeitados.

Nós esperamos que nossas decisões sejam respeitadas e que o governo e as empresas, instituições de fiscalização não contêm mentiras ou escondam informações. Solicitamos que todos os tipos de fiscalizações ambientais feitas em nosso território sejam repassadas para nossa liderança e representantes.

Esperamos que todos compreendam que nossas terras pertencem ao nosso povo e que nossos direitos estejam assegurados para nossas futuras gerações. Desejamos que eles possam contar com esse documento.





FICHA TÉCNICA

Este protocolo foi elaborado pelo povo indígena Tapuia Paiacu de Apodi, que compartilhou seus conhecimentos, experiências, tradições e lutas durante uma série de oficinas participativas e deliberativas, as quais serviram de base para a elaboração do documento final. O protocolo tem como objetivo apoiar e orientar o processo de consulta prévia, livre e esclarecida dos Tapuia Paiacu, uma etapa obrigatória antes de qualquer decisão que possa afetar suas vidas e territórios. Este direito é assegurado pela Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), da qual o Brasil faz parte.

EQUIPE DE APOIO TÉCNICO E ELABORAÇÃO:

Coordenação - Cristina Baldauf

Pesquisa e Desenvolvimento - Raytala Ribeiro Oliveira

Revisão de Conteúdo - Hudson Toscano L. B. da Silva

Fotografia e Documentação Visual - Dayanne Támela Soares Nogueira

Apoio Logístico - Milena Wachlevski Machado

Projeto Gráfico e Diagramação - Andrezza Arinda Farias Rosa

APOIO:



REALIZAÇÃO:



Laboratório de Etnoecologia e
Biodiversidade da Ufersa

A reprodução de todo ou parte deste documento é permitida somente para fins não lucrativos, desde que citada a fonte.



Protocolo de Consulta
do Povo Indígena
TAPUIA PAIACU

Apodi-RN

